



BARRIGA, Letícia Pereira *

<https://orcid.org/0009-0003-4190-2801>

RESUMO: Sabemos que as batalhas da Cabanagem (1835 – 1841), especialmente as que se deram no interior da província, ocorreram pelas calhas e margens dos rios, entremeados por mata densa. Nas batalhas entre os rios, matas e nas tomadas de cidades e vilas, encontravam-se sobretudo indígenas e tapuios. Quanto mais distante do litoral e mais próximo do interior da floresta, as Cabanagens iam adquirindo feições cada vez mais indígenas. Senhores dos rios, os diversos grupos indígenas habitantes do estuário amazônico eram conhecedores das potencialidades e dos obstáculos da floresta, conhecimentos essenciais para as batalhas cabanas. As batalhas fluviais delinearão os conflitos da Cabanagem. O domínio dos rios se constituiu como elemento essencial para avanços e reveses de cabanos e anticabanos. Para se entender a guerra cabana nos sertões da Amazônia, faz-se necessário compreender a agência indígena nas batalhas. É sob esta abordagem que este estudo se baseia. A partir do método indiciário, buscamos localizar indícios da guerra Munduruku na documentação cabana arrolada no fundo Expedição ao Amazonas do Arquivo Público do Pará, a fim de evidenciar a efetiva participação destes indígenas nas Cabanagens dos sertões, entre os anos de 1836 e 1841, delineando as batalhas a partir da arte de guerra Munduruku.

PALAVRAS-CHAVE: Munduruku; Guerra; Cabanagem.

ABSTRACT: We know that the battles of the Cabanagem (1835 – 1841), especially those that took place in the interior of the province, occurred along the channels and banks of the rivers, interspersed with dense forest. In the battles between the rivers, forests, and during the seizures of cities and towns, there were mostly Indigenous peoples and tapuios (acculturated Indians). The further away from the coast and the closer to the interior of the forest, the Cabanagens acquired increasingly Indigenous characteristics. Masters of the rivers, the various Indigenous groups inhabiting the Amazon estuary were knowledgeable about the potentials and obstacles of the forest, which was essential knowledge for the cabano battles. The river battles shaped the conflicts of the Cabanagem. Control over the rivers became an essential element for the advances and setbacks of both cabanos and anticabanos. To understand the cabano war in the hinterlands of the Amazon, it is necessary to understand the Indigenous agency in the battles. It is based on this approach that this study is grounded. Using the evidentiary method, we seek to locate clues of the Munduruku war within the cabano documentation listed in the Amazon Expedition fund of the Public Archives of Pará, aiming to demonstrate the effective participation of these Indigenous people in the Cabanagens of the hinterlands, between the years 1836 and 1841, outlining the battles from the perspective of the Munduruku art of war.

KEYWORDS: Munduruku; War; Cabanagem.

* É Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2008); especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA e especialista em Conservação Preventiva de Acervo Documental; mestra e doutora em História Social da Amazônia pela UFPA. Atualmente, é bolsista CAPES de pós-doutorado pelo PPGH/UNIFAP com pesquisa voltada para as Cabanagens na fronteira do extremo norte com a Guiana Francesa e atua como professora EBTB no campus Macapá.

INTRODUÇÃO

Sabemos que as batalhas da Cabanagem, especialmente as que se deram no interior da província, ocorreram pelas calhas e margens dos rios, entremeados por mata densa. Essa guerra, que iniciou oficialmente com a tomada de Belém, capital da antiga província do Grão-Pará, no dia 07 de janeiro de 1835, espalhou-se por toda a província, reacendendo revoltas antigas ante um projeto colonialista violento e espoliador. Os sertões da Amazônia passaram a ser o principal palco da guerra cabana a partir de 1836, quando a capital voltou às mãos imperiais em 13 de maio. Esses conflitos que se generalizaram, transformaram a região tanto nos aspectos demográficos¹ quanto em seus aspectos sociais, econômicos² e políticos. Pesquisas contemporâneas, como as de Barriga (2024), Ricci (2021) e Harris (2017), mostram que esses conflitos se coloriram de diversidade étnica/social e configuraram-se por um mosaico de demandas que nem sempre poderiam ser vistas dentro de um único projeto político para a Província, mas que, somados, podem ser vislumbrados nas duas bandeiras cabanas de morte aos brancos (em especial aos portugueses) e aos maçons.

Nas batalhas entre os rios, matas e nas tomadas de cidades e vilas, encontravam-se desde o negro escravizado, o soldado desertor, o branco expropriado e, sobretudo, indígenas e tapuios. Quanto mais distante do litoral e mais próximo do interior da floresta, as Cabanagens iam adquirindo feições cada vez mais indígenas. Senhores dos rios, os diversos grupos indígenas habitantes do estuário amazônico eram conhecedores das potencialidades e dos obstáculos da floresta, conhecimentos essenciais para as batalhas cabanas. As batalhas fluviais delinearam os conflitos da Cabanagem. O domínio dos rios se constituiu como elemento essencial para avanços e reveses de cabanos e anticabanos³.

¹ Calcula-se que o número de mortos nos conflitos cabanos tenha alcançado a estimativa de 30 a 40 mil pessoas. No quantitativo demográfico do Grão-Pará isso perfazia um terço da população, que só voltaria a crescer por volta da década de 1860 (Raiol, 1970; Ricci, 2006).

² Siméia Lopes alega que as consequências da Cabanagem foram desastrosas para a região. Além da destruição de plantações, ocasionando problemas de abastecimento, o decréscimo populacional, decorrente dos sangrentos conflitos, prejudicou a economia com a falta de mão de obra, principalmente a do tapuio, assim como a escrava destinada às lavouras (Lopes, 2002).

³ Utilizaremos a expressão “anticabana” para designar as pessoas, grupos sociais e políticos, e forças que se colocavam contrárias às ações cabanas. Consideramos que esta expressão consegue sintetizar num sentimento a pluralidade social que se colocara contrária às ideias, ações, lutas dos cabanos. Anticabanos não foram apenas as tropas imperiais, nem tampouco

Assim, faz-se necessário compreender os recursos da floresta como elemento condicionante para as Cabanagens que faziam-se nos sertões. Este condicionamento ocorreu de várias formas. No conhecimento das facilidades e das barreiras impostas às batalhas, levando em vários momentos à reelaboração e adaptações de estratégias, na necessidade inata de alimentação onde o conhecimento da floresta levava às áreas próprias de cultivo, ou rios e lagos abundante em peixes, e na exigência iminente de embarcação que colocava a necessidade de se chegar a regiões de “boas madeiras”, por exemplo.

Essas necessidades induziram a elaboração de uma rede de ações organizadas por parte das forças cabanas e forças do Império. Quanto ao último, as ações organizadas setorizavam-se entre Pesqueiros Nacionais, as fábricas de madeira, que foram retomadas pelo Brasil imperial e mantinham a população amazônica subjugada a um tipo de controle social direcionado pelo trabalho (Salles, 1992), o confisco ou a compra de gêneros alimentícios de produtores particulares, e diligências para se alcançar áreas próprias para o cultivo e madeiras para embarcações, ou também operações para se conseguir roçados de maniva e a farinha já pronta. O trabalho canalizado para operacionalizar estas ações vinha da mão de obra indígena por meio do recrutamento compulsório. Tal recrutamento não se limitava apenas à produção de alimentos. As pessoas também eram recrutadas para a composição das tropas nas operações contrárias aos cabanos.

A política de arregimentação do trabalho indígena foi executada por meio do recrutamento compulsório. Política implementada na Colônia que o Império não conseguiu romper, em que pese suas diferenças em relação ao trato com os grupos indígenas (Moreira, 2009). Quando mencionamos a expressão mão de obra, não a reduzimos apenas aos serviços cotidianos ou às atividades econômicas. Num longo processo de ocupação colonial toda uma dinâmica de articulações políticas foi percebida. Articulações que visavam a expansão das fronteiras, e por isso necessitavam da defesa destes limites. Aos grupos indígenas foi-lhes destinada também esta importância, tornando-se as “muralhas dos sertões” amazônicos

às forças armadas da província com seus comandantes, mas também nações indígenas como os Munduruku, que atuaram em grande parte da guerra cabana compondo as forças contrárias aos “rebeldes”.

(Farage, 1986). Nesse sentido, o recrutamento militar era outra frente de agenciamento indígena.

Estudos recentes apontam para a fundamental importância dos saberes militares indígenas tanto para a execução da expansão colonial, quanto para a garantia das fronteiras. A partir da Nova História Militar em diálogo epistemológico com a História Indígena, a tese de Wania Alexandrino Viana demarca um avanço importante para a atuação imperativa de grupos indígenas nos projetos coloniais na Amazônia. De acordo com Viana, a atuação e a participação indígena nas atividades militares qualificaram a tropa lusa e garantiram a defesa e a expansão da fronteira colonial na capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII (Viana, 2019). Assim, sustenta a autora, sem as alianças com chefes indígenas, a defesa das possessões lusitanas, em tempos de tratados de limites fronteiriços, não teria se efetivado.

Com a História Indígena, um conjunto metodológico foi adaptado à necessidade de se inferir sobre a presença indígena na documentação arquivística existente, permitindo a compreensão da efetiva participação indígena nos processos históricos. Localizamos, assim, a presença indígena nos conturbados anos da primeira metade do século XIX, em especial a Cabanagem. São nos indícios de narrativas que omitem e silenciam os agentes indígenas que os localizamos. Se as falas encontradas na documentação narram uma “realidade opaca [para os indígenas], existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1989, p. 177). São nessas zonas privilegiadas que localizamos fortes indícios que as formas de guerrear características das nações indígenas dos sertões estavam presentes e evidentes nas batalhas cabanas.

Por isso, concomitante às novas abordagens trazidas pela Nova História Militar, ao “perceber as instituições militares em conexão com a sociedade” (Viana, 2019, p. 24), e pela História Indígena, ao pontuar o protagonismo dos índios na história (Almeida, 2017; Monteiro, 2001), as contribuições da Nova História Política também são fundamentais para compreender a agência indígena na guerra cabana⁴.

⁴ Compreendemos as ações Munduruku na Cabanagem a partir das modalidades de agência apresentadas por Sherry Ortner (2007, p. 51), que são: “(1) a questão de se agência implica inerentemente “intenções” ou não; (2) a universalidade da agência e, ao mesmo tempo, o fato de esta ser culturalmente construída; e (3) as relações entre agência e ‘poder’”. Primeiro, porque entendemos que estes grupos imprimiram intencionalidades próprias nas

Conceitos como cultura política e ideias como as de pacto e negociação, nos permitem uma abertura analítica fundamental para sustentar que as dinâmicas das Cabanagens do sertão se deram através de toda uma rede de articulação de cabanos e anticabanos com os grupos indígenas.

Nesse sentido, torna-se importante abrirmos uma análise sobre as relações que já vinham há muito sendo tecidas entre os grupos sociais e étnicos habitantes do enorme território localizado entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas, e que sofreram impactos significativos com a chegada dos europeus. Esta região se configurava como uma grande zona interétnica⁵ (Harris, 2015), com relativa autonomia imposta ao avanço colonial pelos povos indígenas que a habitavam. Nas complexas relações interétnicas, estas nações imprimiram suas articulações políticas, seus arranjos comerciais, suas leituras conjunturais e sua força por meio da guerra. É nesse último aspecto que teciam estas relações que pretendemos nos debruçar neste artigo, para entendermos como que a lógica e a arte de guerra indígena foram fundamentais para a guerra cabana dos sertões. Para tanto, fundamentaremos nossa análise na compreensão da guerra para os Munduruku, e como este traço essencial para essa nação se comportou ao longo do processo colonial.

Não é inédito que as nações indígenas do vale amazônico apresentavam uma forte característica belicosa ao longo do processo de colonização. Tanto nas narrativas coloniais, deixadas por viajantes, cronistas, religiosos e as próprias

batalhas delineadas nos sertões. A partir da leitura das fontes, encontramos indícios da ação intencional destes agentes. A segunda modalidade nos remete ao sentido ontológico que Ortnier remonta ao conceito. Agência é constitutiva à condição social da espécie humana. Todos nós a possuímos. Porém, cabe a necessária ressalva, que ela varia culturalmente e temporalmente. Nesse sentido, ao recorrermos aos registros coloniais e recuperarmos as trajetórias históricas destas três etnias em contato com o processo colonizador, percebemos diferentes formas de exercer sua agência. Por fim, a compreensão da agência indígena na Cabanagem está inserida em relações de poder, onde a estrutura social, não determina, mas condiciona a forma como os agentes externalizam suas ações intencionais. Sherry Ortnier destaca a existência de duas modalidades de agência quais sejam, uma fortemente ligada às ideias de poder, e a outra relacionada a uma intencionalidade das ações, sejam de forma consciente, ou também inconscientemente. Em diálogo com estudos sociológicos sobre a definição de agência, a autora aponta para a necessidade dos campos epistemológicos das humanidades em perceber a participação dos sujeitos sociais a partir de suas próprias construções não apenas de suas ações, mas das leituras que eles fazem dos processos em que estão inseridos.

⁵ Mark Harris estabelece uma relação entre a relativa autonomia da zona interétnica e a superioridade indígena sobre o conhecimento do território, como fator determinante para o poderio cabano na região. Região de diversidade e confluência de etnicidades ameríndias, com suas mais variadas relações, de comércio, de parentesco, de alianças, de guerras, de rituais, a floresta era um território que precisava ser defendido.

autoridades coloniais, mas também, hoje, a historiografia reafirma traços ontológicos da guerra para estes povos nativos. Estudos arqueológicos feitos na região das terras baixas da América do Sul mostram que, muitos anos antes dos primeiros registros escritos sobre os povos autóctones, já havia uma complexa rede de intercâmbios entre os povos habitantes desta região⁶.

Os povos que tiveram contato com o europeu a partir de sua chegada descendiam destas antigas sociedades complexas e apresentavam fortes traços culturais evidenciados por Anna Roosevelt (1994). Dentre eles, chamamos a atenção, neste artigo, para a guerra. Este fenômeno social apresentava-se como um dos mais fortes nessa rede intrincada de relações estabelecidas pelas nações indígenas. Traço cultural de muitas delas, não passou despercebido pelo olhar colonial europeu, tanto como forma de conhecer estes povos para melhor dominá-los, como também para o uso desses conhecimentos e expertises a fim de garantir o êxito do projeto colonial. Como foi o caso da expansão e defesa das fronteiras portuguesas na Amazônia.

Retornando o diálogo com Wania Alexandrino Viana, sua tese demonstra a importância da arte de guerra nativa para a consolidação e o fortalecimento das fronteiras coloniais. Viana (2019) demonstra que o mundo colonial estava totalmente imbricado ao mundo indígena, ao ponto de possibilitar a formação de novos espaços e práticas partindo da junção destes dois universos, como é o caso da guerra. A pesquisadora defende a tese da guerra luso-indígena ao longo da efetivação da colonização na Amazônia.

A guerra luso-indígena que predominou ao longo do processo colonial resultava da coexistência de lógicas de guerra diferentes que passaram por um processo dialético de junção, perdendo algumas características, incorporando outras, resultando num formato específico de combate. As práticas de guerra trazidas pelos europeus tiveram de ser ajustadas à realidade local, tanto geográfica quanto social e culturalmente falando. Viana é categórica em afirmar que as tecnologias dos canhões

⁶ Em pesquisa realizada, a arqueóloga Anna Roosevelt (1994) localizou evidências arqueológicas datadas aproximadamente de 2000 anos antes da chegada dos europeus e que demonstram a presença de sociedades altamente complexas, com populações numerosas, organização política hierarquizada, sistema de tributação, comércio inter-regional de longa distância, e chefias articuladas, com uma diplomacia organizada. Também, Roosevelt pode constatar sociedades com um aparato bélico forte, desenvolvido e de grande escala. Eram sociedades que ocupavam, preferencialmente, áreas de várzea e que garantiram sua existência por meio de uma estabilidade adaptativa, conseguindo uma longevidade de aproximadamente mil anos.

de bronze, as armas portáteis, os refinados conhecimentos de geometria e matemática e suas fortalezas abaluartadas, não eram suficientes para garantir vitórias na guerra que se fazia nos sertões. E a guerra dos sertões eram guerras indígenas.

Sobre as guerras indígenas dos sertões da Amazônia, estudos contemporâneos apontam que as nações indígenas se viam mutuamente como propensas agressoras, levando a uma posição sempre alerta para a guerra. Eram sociedades que se apoiavam numa lógica de guerra para justificar seu empreendimento belicoso. Os pesquisadores passam a indagar os possíveis motivos para que tais etnias elevassem a guerra como pressuposto fundamental das suas ações para com as etnias vizinhas. Tomando por base a análise da ilha de Tupinambarana, região adensada de etnias indígenas volumosas e belicosas, a exemplo dos Munduruku, mas também dos Mawé e Mura, grandes nações indígenas atuantes na Cabanagem, as pesquisas levam a reflexões sobre os combates mortais, que não se justificariam pela disputa territorial, numa região extensamente delimitada, nem tampouco pela disputa de alimentos para sua sobrevivência, já que dispensa comentários o excedente de produtos fornecidos pela floresta que sempre garantiram a estabilidade demográfica desta população (Nogueira, 2020).

Análises como as de Max Nogueira fundamentaram-se em estudos como os de Marvin Harris. Este autor compreende que as guerras dos povos indígenas antigos não partiam de caprichos, nem tampouco de necessidades instintivas, mas sim de mecanismos de regulação para manter suas populações num estágio de equilíbrio ecológico dentro de seu território (Harris, 1978, p. 58-59 *apud* Nogueira, 2018, p. 160-161). Estes mecanismos de adaptação ecológica inseriam as sociedades indígenas numa lógica de guerra. O autor verifica que o combate era algo prazeroso para os mais jovens, compreendendo que as possíveis motivações não partiam de uma necessidade utilitária específica.

Além disso, para algumas etnias, dentre as quais os Munduruku, a guerra era elemento ontológico, sendo permeada de toda uma ritualística que engendrava sentidos para a vida destes povos. É o que demonstram os estudos de José Sávio Leopoldi (2007), quando localiza elementos culturais e genéticos nas guerras Munduruku. É nesse sentido que iremos entender melhor a lógica de guerra para esta etnia, estabelecendo as relações necessárias destas práticas de guerrear com os combates das Cabanagens do sertão.

A GUERRA MUNDURUKU

Considerados como uma grande nação guerreira da Amazônia, os Munduruku, na segunda metade do século XVIII, ultrapassaram o raio de ação belicoso de seu território tradicional, no alto Tapajós, e alcançaram a região do Xingu e as proximidades de Belém. A expansão Munduruku os levou a serem conhecidos pelos agentes coloniais e frequentemente mencionados nas narrativas a partir de 1768. Seu caráter guerreiro levou esta nação a receber um conjunto de significados, a exemplo os espartanos da Amazônia (Spix; Martius, 1981), adjetivo correlato aos antigos gregos, evidenciando o sentido da guerra para a cultura Munduruku.

A poderosa nação Munduruku cunhou sua cultura a partir da guerra. De acordo com Sávio Leopoldi (2007), a guerra tinha um sentido ontológico para os Munduruku. A morte do outro-inimigo implicava a vida para eles. A guerra era uma questão de vida para esta cultura. A sua vida em sociedade era toda constituída a partir do prisma guerreiro. Os Munduruku não se satisfaziam ao verem seus inimigos impotentes diante de sua força bélica, nem quando estes fugiam, podendo denotar motivações pela disputa territorial. Também pareciam não serem motivados pela vingança, como foi o caso dos Tupinambá, onde foi compreendido este aspecto a partir dos estudos de Florestan Fernandes (2006).

Leopoldi (2007) nos informa que a guerra para os Munduruku não cessava com a extinção do inimigo, pois, sob uma lógica da guerra para as culturas indígenas da Amazônia, sempre haveria outros inimigos a combater. Como prática cultural, a guerra permitia a captura dos inimigos vivos, garantindo a manutenção da vida social Munduruku, na medida em que esta nação precisava sempre de pessoas para terem suas cabeças cortadas. Por isso, esta etnia realizava uma verdadeira cruzada em busca de inimigos, levando-a a ultrapassar fronteiras, expandindo sua atuação em expedições de caça ao inimigo que podiam durar um ano e meio, como a exemplo da perseguição aos Mura, que se estendeu pela região de Tupinambarana, em torno dos rios Canumá, Abacaxis, Marau e Maués-açu, atravessando o território Mawé com suas hordas.

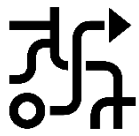
A partir do momento em que os Munduruku extrapolam seus limites territoriais em busca de guerra, condição fundamental para sua sobrevivência, eles começam a

aparecer nas narrativas coloniais, sendo lidos sob adjetivos negativos e que dimensionavam o temor que eles provocavam aos moradores dos núcleos coloniais. De “nação terrível para a guerra” a “guerreiro temível”, as impressões sobre este povo vão sendo cunhadas a partir de seu caráter belicoso, ainda em meados do século XIX (Anônimo, 1846 *apud* Moreira Neto, 1988, p.260; Barbosa, 1882, p.28). A testemunha anônima de 1846 ainda afirma que esta nação indígena gostava do combate e só atacavam ao inimigo na certeza da vitória na guerra. Nesse sentido, os Munduruku tinham uma autoconfiança de suas habilidades para o combate, sentimento este, resultado de anos de preparação para as batalhas.

A vida em sociedade Munduruku era toda direcionada para o combate. A preparação para a guerra ia desde a fabricação do corpo até o planejamento estratégico para as expedições belicosas. Toda esta preparação servia para atender com primazia aos objetivos que levavam os Munduruku à guerra, quais sejam eles, o contato interétnico que garantia prestígio e fama de suas façanhas perante as outras nações; a caça de cabeça-troféus, elemento simbólico fundamental na cosmogonia Munduruku; e rapto de mulheres e crianças para serem integrados à etnia como esposas e filhos (Nogueira, 2020, p.81).

No preparo para a guerra, o corpo Munduruku era fabricado. Meninos a partir dos seus oito anos de idade destinavam-se aos processos ritualísticos da elaboração corporal do guerreiro. Este corpo era produzido e modelado a partir da cultura de guerra Munduruku, onde envolvia tanto resistência física, como simbologias corporais que exaltavam a imagem guerreira. Estas simbologias eram retratadas por meio de pinturas corporais. Seus guerreiros distinguem-se por seu rosto pintado de preto e uma pintura no peito parecida um colar. Esta tatuagem escura que cobria o corpo do guerreiro imprimia um temor diante de seus inimigos. As pinturas tinham por finalidade tornar mais terrível o aspecto do guerreiro. O trabalho da pintura corporal é lento e complicado, que só era finalizado quando o jovem Munduruku alcançava seus vinte anos de idade. Desse modo, dos 08 aos 20 anos de idade, o jovem Munduruku é formado a partir da elaboração de seu corpo, sustentando assim, a fabricação do guerreiro. “O guerreiro Munduruku percorre durante toda a sua vida a construção do seu ser” (Nogueira, 2020, p.88).

A fabricação do guerreiro Munduruku sustentava sua própria existência, na medida em que a guerra para esta nação era uma questão ontológica. Todo o homem



era preparado para ser um guerreiro. E todo o guerreiro visava um único objetivo, alcançado pelo ataque às etnias rivais, matar seus inimigos e conseguir suas cabeças-troféus a partir de longas campanhas de guerra.

A guerra para os Munduruku era minuciosamente arquitetada. Iniciava-se com o cessar da terceira estação chuvosa, pois preferiam o período seco para iniciar sua jornada de guerra. A expedição militar contava com guerreiros de várias aldeias que eram convocados para a batalha. Por ser uma cultura fortemente belicosa, os Munduruku mantinham sempre um contingente masculino preparado para o combate. Cada expedição era chefiada por dois experientes guerreiros, que faziam parte da sociedade espiritual concebida como Muchachá Anyen, e eram responsáveis pelo toque de uma trombeta, denominada Pem, que soava o sinal de ataque (Leopoldi, 2007).

A expedição de caça aos inimigos poderia durar até um ano e meio e, em seu retorno, era comum os guerreiros chegarem a suas aldeias magros e desnutridos. De acordo com Spix; Martius (1981), os Munduruku faziam suas incursões de dia e realizavam ataques surpresas de madrugada, típica tática de guerrilha. Ao analisarem a aldeia alvo, marchavam em absoluto silêncio e destreza pelas trilhas deixadas por seus inimigos. Conseguiam caminhar sobre as folhas secas sem emitir nenhum ruído. Passavam a noite em observação, com a aldeia já totalmente cercada. No alvorecer, faziam o assalto sob gritos aterradores, lançando flechas de fogo às malocas e forçando a saída do inimigo de sua morada, que, desnortado, tornava-se presa fácil para o ataque Munduruku. As crianças se entregavam logo, e as mulheres ainda resistiam, até serem raptadas. No ataque direto à etnia rival, os guerreiros distribuíam-se em extensas linhas, esperavam a carga de flechas inimigas, para só depois desferirem suas flechas incendiárias preparadas por suas esposas.

Era comum as mulheres Munduruku participarem dos combates. Seu papel na guerra era fundamental. Elas preparavam os alimentos, faziam o fogo, transportavam redes e utensílios na longa jornada da guerra. As mulheres preparavam as armas que eram utilizadas no combate, em especial, flamejando as flechas que eram lançadas para incendiar a aldeia inimiga. Estas flechas não eram nunca envenenadas. Também se lançavam na linha de combate, interceptando com destreza as flechas inimigas, colhidas no salto. Desse modo, podemos constatar o

protagonismo da mulher Munduruku no principal evento realizado por sua etnia, que era a guerra.

A tradição de cortar a cabeça do inimigo e mumificá-la concedeu aos Munduruku o nome de Paiquiché, corta cabeça em língua indígena do período colonial. Esse costume tinha um significado cosmogônico na cultura Munduruku, associando elementos como prestígio social, conexão espiritual e sorte para as caçadas de animais. A cabeça-troféu representava o elemento central de um conjunto de festividades e cerimônias que se estendiam por três estações chuvosas, durando aproximadamente cinco anos. Denominada de festas de guerra, ou Pariáu-á, à cabeça-troféu associava-se poderes mágicos relacionados a elementos indispensáveis para a própria sobrevivência da etnia que se relacionava com o bem-estar e a permanência da comunidade naquele território, possibilitando uma boa caçada ou uma farta colheita, mas também era um elemento de prestígio e distinção social⁷.

Os guerreiros donos de cabeça recebiam novo status hierárquico dentro da sociedade Munduruku, ficando apenas um degrau abaixo da sociedade Muchachá Anyen, panteão dos nobres guerreiros. A movimentação hierárquica desta nação seguia a lógica do maior quantitativo de cabeça-troféu adquirida na vida do guerreiro, quanto mais cabeças cortadas, mais possibilidades de pleitear um cargo melhor na estrutura social e hierarquizada Munduruku. O ritual de consagração do guerreiro era momento de pactuar alianças na diplomacia Munduruku, quando se reuniam com seus

⁷ Os guerreiros utilizavam uma lâmina feita de bambu, muito afiada, para cortar o pescoço e a vértebra do tronco. Logo em seguida retiravam os músculos inteiros, miolos, os olhos e a língua, e iniciavam o processo de mumificação de forma vegetal, ou seja, a partir da exposição continuada da cabeça à fumaça de óleo de copaíba fervente. Após a defumação, a cabeça é lavada em banho de azeite de urucu, sendo o crânio preenchido com algodão e no lugar dos olhos era colocada resina. Decoravam o resto da cabeça com dentes de animais implantados na boca e enfeite de penas na cabeça. Estava finalizado o processo de criação da cabeça-troféu Munduruku. Esse primeiro momento do ritual determina a consagração do guerreiro. Aos guerreiros que conseguiam sua cabeça-troféu destinavam-se os títulos de “dono da cabeça” ou “mães do troféu”, devendo zelar pela cabeça mumificada até o final do ritual. Nos períodos de caça e pesca coletiva, recebiam o nome de “mãe da queixada”, devendo empunhar suas cabeça-troféus na lança de guerra (Pariúa-á-renapé, cabeça na lança). O guerreiro dono da cabeça deveria seguir na abstinência sexual, não podia caçar e sua esposa não podia cozinhar. O dono da cabeça assumia prestígio e glória e era o maior status social na comunidade, era o feito máximo de todo o guerreiro Munduruku (Nogueira, 2020; Leopoldi, 2007).

aliados e convidavam amigos de várias aldeias, fortalecendo assim, as alianças políticas e os laços de parentesco.

Decorridos os cinco anos e terminado o ritual, o possuidor do Pariua-á perdia seus privilégios, finalizando, assim, a festa. A cabeça-troféu perdia seu valor simbólico. O prestígio só continuaria para quem recebeu a faixa com os dentes do inimigo⁸. Para esta pessoa, o prestígio é vitalício. Observemos que a guerra Munduruku e todos os rituais trazidos com ela resumia-se em ciclos, elevando à cabeça-troféu como um elemento conector entre guerra, religião e caça. Terminado o ciclo de cinco anos, novas expedições guerreiras eram planejadas para a aquisição de mais cabeça-troféus. Nesse sentido, a guerra adquiria uma linha de continuidade sempre existente, garantindo assim a sobrevivência da etnia (Santos et al., 2007).

A busca por novas guerras fez com que as expedições bélicas Munduruku extrapolassem fronteiras, tanto territoriais quanto políticas, alcançando os limites do projeto colonial. Até o momento do encontro bélico entre Munduruku e portugueses, na década de 1770, os colonizadores, cientes da lógica de guerra que se baseavam as culturas indígenas locais, aproveitaram-se das guerras interétnicas beneficiando-se da limpeza étnica de áreas cobiçadas pelos lusitanos, a exemplo do rio Madeira e sua produção de cacau dominado pelos Mura, empecilhos aos interesses coloniais na região.

Após a derrota Mura diante da grande guerra contra os Munduruku, estes passaram a guerrear com outras etnias como os Parintitim, Juma e Arara, ocupando a região de Tupinambarana, batalhas que se estenderam até início do século XIX, ao ponto de o padre Manuel Aires de Casal intitular a região de Mundukurânea, em 1817. A necessidade vital pela morte do outro levou os Munduruku a exterminarem ou causarem uma forte depopulação em várias etnias indígenas de 1768 ao final do século XVIII (Nogueira, 2020, p. 96).

No último quartel do século XVIII, as ações de guerra Munduruku se espalharam pela capitania, dirigindo-se para Belém e Fortaleza da Barra do Rio Negro, alcançando núcleos coloniais, estendendo seu raio de ação, levando temor às vilas e povoados da região, e preocupação das autoridades da Capitania. Para

⁸ Uma espécie de cinta de algodão com os dentes do inimigo preparada pelo Tuxava Munduruku e entregue à viúva do guerreiro morto num ritual denominado Pariuaté-ran, segundo momento da cerimônia Pariua-á (Nogueira, 2020; Leopoldi, 2007).

dimensionar este poder expansionista, em 1786 seus ataques alcançaram as proximidades de Belém e liquidaram o povoado de Portel, no Marajó. Ainda no último quartel do século XVIII, tem-se notícia de ataques Munduruku aos povoados dos rios Tapajós, Madeira, até o rio Tocantins, demonstrando suas habilidades de navegação, permitindo, assim, uma rápida locomoção fluvial.

Desde 1770 os Munduruku já haviam demonstrado seu poderio bélico aos colonizadores, só que não tão próximos da capital, Belém. Este ano data uma série de ataques aos povoados no rio Tapajós. Em 1773, os Munduruku atacaram a Fortaleza de Santarém, porém, sem êxito. Em 1793, lançaram mão de arrojadas campanhas guerreiras, com ataques simultâneos e coordenados contra núcleos coloniais nos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Pacajás, Jacundá, Tocantins, alcançando as cabeceiras do rio Moju, quando atacaram além de Portel, Melgaço e Oeiras. As ações guerreiras Munduruku eram bastante dinamizadas nas décadas finais do século XVIII, atacando diversas vilas, cidades e colônias luso-brasileiras a partir de 1790.

Esse cenário levou a um esforço da política colonial na tentativa de conter a expansão bélica Munduruku. A princípio, tentaram fazer frente pela guerra. Na década de 1790, o governador da capitania, Francisco de Souza Coutinho, ordenou que enviassem um significativo contingente de tropas coloniais, com aproximadamente 500 soldados. Entretanto, o que podemos perceber é que o êxito para frear o avanço bélico Munduruku não seria da mesma forma, e sim a partir de acordos diplomáticos, negociação e não guerra, como proposta pelo governador do Rio Negro, Lobo d'Almada (Nogueira, 2020). Tal governador inclinava para uma negociação a partir de acordos de paz, já para Souza Coutinho, as tropas provinciais deveriam fazer guerra contra a nação indígena. Pelo que foi constatado, a estratégia exitosa foi a conduzida por Lobo d'Almada e, em meados de 1795, foi selado o acordo de paz entre portugueses e Munduruku.

Após o acordo de paz, os Munduruku passaram a incorporar tropas luso-brasileiras na caçada às nações indígenas que ainda imprimiam barreiras às frentes coloniais, levando à redução e descimento de várias etnias. No século XIX, os Munduruku, numa política de barganha de privilégios e prestígio, passaram a redirecionar suas ações. Até meados do século XIX, era comum guerreiros Munduruku acompanharem tropas de soldados luso-brasileiros para atacar e destruir aldeias indígenas hostis, assim como quilombos e mocambos de negros fugidos.

Também, a partir dos acordos de paz, muitos indígenas desta nação começaram a descer de suas aldeias, formando assim, vários aldeamentos como os de Tupinambarana, Canumã e Maués, ao norte da Mundurukânea, a partir de ajuntamentos com os indígenas Mawé. Também se estabeleceram em núcleos coloniais ao longo do rio Tapajós, em povoados como os de Curi, Santa Cruz e Ixituba. Tais núcleos foram importantes espaços de interesses de rebeldes e forças legalistas na guerra cabana, como a exemplo de Ixituba, um forte reduto Munduruku nas margens do rio Tapajós.

IXITUBA – REDUTO MUNDURUKU NAS CABANAGENS DOS SERTÕES

Localizado às margens do rio Tapajós, próximo a freguesia de Aveiro, Ixituba era considerada local estratégico para a concentração das forças anticabanas na região do Tapajós. Esta importância se dava pela quantidade de redutos cabanos que se formaram ao seu redor. Calculando a distância em dias, conseguia-se alcançar estes espaços em um período relativamente curto respeitando as dimensões continentais que se constituía o território do Grão-Pará, e os limites impostos às embarcações utilizadas, à vela e à remo. No documento a seguir, remetido em 11 de janeiro de 1840, por José Coelho de Miranda, comandante militar do Ponto de Luzea (importante reduto cabano na região do Lago de Tupinambarana, e território Mawé) a Joaquim José Luiz de Souza, comandante da Expedição ao Amazonas em Santarém, podemos dimensionar a expressiva quantidade de redutos cabanos próximos à Ixituba. Vejamos:

O Ponto de Gonçalves chefe dos “rebeldes” é no Ambetuy, distante do Ixituba ao desembarque de 10 dias, e dali por terra até chegar no mesmo ponto outros 10; dizem que existe no Rio Preto o Ponto comandado por Raymundo Barboza um dos mais encarniçado comandante, aonde existe a maior parte das escravaturas de Sallesinho, e outros dessa Vila, e que este Comandante é que não quer anuir a saída dos embrenhados que diz que quer morrer com as armas na mão (...) No Rio Aicurapá existem dois pontos, um comandado por Severino de Gentios, e Mundurucus, e outro de gente ladina comandado por Constantino Lopes, destes pontos ao de Gonçalves pode se gastar 20 dias. No Anderá existe outro ponto de gente misturada comandado por Brasil, morador de Vila Nova dista a mesma distância a Gonçalves. Nos Maniassu e Paranamiry de Luzea existe um ponto comandado por Ventura morador de Saracá deste a Gonçalves pode se gastar iguais dias pouco mais ou menos, no Rio Arupadi existe outro ponto de baixo das vistas do comandante geral Gonçalves. (PARÁ, Códice 1048, doc. 45 [s.d.])

A citação acima é um pequeno trecho de um documento extenso e muito elucidativo quanto às operações anticabanas em torno dos dois principais acampamentos das “forças oficiais” na região entre os rios Amazonas, Madeira e Tapajós, os lugares de Ixituba e Luzea. A quantidade de pontos cabanos nas margens de rios, furos e lagos, nos impressiona. A distância, em dias de viagem, de cada ponto nos possibilita algumas problematizações necessárias.

A primeira refere-se à dificuldade em se empreender a contraofensiva diante dos deslocamentos cabanos e sua facilidade de locomoção decorrente de suas habilidades de navegação. O acesso aos pontos, que se dava pelos rios, levava de 10 a 20 dias de viagem, isso em localidades próximas umas das outras. Executar as táticas na guerra cabana requeria um planejamento minucioso e uma organização bem-feita, na medida em que riscos deveriam ser ao máximo antevistos, como a questão do suprimento das tropas. Foi o que alertou Joaquim José Luiz de Souza ao comandante interino do Alto Amazonas quando da ordem de fazer descer suas tropas para socorrer o Alto Rio Madeira, devendo:

(...) ir em canoas com mantimentos para que a Tropa possa dilatar suas operações e não tenha pela falta deles de voltar ao Lugar de partida, perdendo assim muitas vezes o momento de maior vantagem [pois] uma operação momentânea contra os “rebeldes” não só é inútil como muitas vezes prejudicial do que o intruso para seu governo nas operações militares que tiver de fazer. (PARÁ, Códice 1075, doc. 323 [s.d.])

Outra questão pertinente a ser analisada faz referência à mobilidade em que os cabanos tinham excelência. Trafegar por entre os tortuosos caminhos da floresta, sejam eles terrestres ou fluviais, requeria uma destreza própria dos povos que ali habitavam há muito tempo. Isso levava às constantes investidas por parte dos comandantes dos acampamentos anticabanos aos grupos indígenas para servirem de guias, práticos e remadores. Não à toa, o que já evidenciamos, a prática de presentear e nomear como Principais de suas nações, os Tuxauas.

E, por fim, gostaríamos de destacar no ofício do comandante de Luzea a ênfase dada ao comandante cabano Gonçalo. Observemos que todas as localizações dos pontos elencados se baseavam a partir da distância em que eles tinham do reduto comandado por Gonçalo. E este comandante era um escravo, que liderou um fortalecido ponto cabano às margens do rio Ambetuy, próximo de Ixituba, numa distância de dez dias. Novamente aqui, percebemos a agência de negros na

Cabanagem, assumindo posição de lideranças e imprimindo, juntamente com outros grupos étnicos, o aprendizado de luta cabana.

O recebimento de ofícios contendo informações acerca das operações no palco das lutas cabanas, assim como solicitação de suprimentos e embarcações, era crônico pelo comando central em Santarém. Se pautarmos nossa tese sobre a Cabanagem dos sertões como batalhas fluviais, obviamente que a necessidade de transporte era imperativa. Assim, parte significativa das correspondências emitidas pelos comandantes que atuavam em pontos como os de Ixituba, era solicitando embarcações, sobretudo, montarias possantes e canoas, próprias para adentrar os estreitos furos e igarapés.

A solicitação constante de alimentos, farinha e peixe e/ou carne seca, assim como de artefatos bélicos e embarcações, é um indicativo contundente que Ixituba e cercanias se tornaram o epicentro das ações cabanas, depois de debelado o famoso ponto do Ecuipiranga. Como dito anteriormente, a dispersão cabana de seu Quartel General, a partir de julho de 1837, ao contrário do que acreditavam as autoridades anticabanas, fez com que as batalhas entrinhassem cada vez mais para dentro dos sertões, reconfigurando as ações de cabanos e de anticabanos. Localidades como Ixituba, Luzea, Borba, Curuá, e tantas outras, protagonizaram as batalhas fluviais no baixo e alto Amazonas.

A falta de mantimentos levou o comandante do ponto de Ixituba, Antônio Pereira de Lacerda, a realizar diligências para encontrar roças de mandioca sem donos para poder produzir farinha, pois “que a guarnição só tinha mantimento até o dia 15 do corrente”, e ele remetia a solicitação no dia 16, ou seja, um dia após o prazo de garantia de alimentos para as tropas (PARÁ, Códice 1049, doc. 107, [s.d.]).

Além das tropas, muitos ex-cabanos, apresentados às “forças oficiais” sob o indulto da Anistia, passaram a procurar Ixituba para se estabelecer, como o ocorrido em 07 de março de 1840, com a chegada de duas famílias, uma indígena e outra de uma viúva. As famílias iriam ficar em Ixituba até conseguir seguir para Santarém para obter sua anistia. Por isso que o comandante do Ponto de Ixituba, Justino Francisco da Silveira, solicitava a Manoel Muniz Tavares, comandante da Expedição do Amazonas, víveres para socorrer os anistiados (Códice 1049. Documento 107. APEP). Assim, aumentava ainda mais a crise alimentar por qual passava o lugar, que

levava às “misérias e pobreza em que hoje está se vendo este furo” (Código 1048. Documento 243. Expedição ao Amazonas. APEP).

O avanço das ações cabanas no entorno de Ixituba, fazia com que as tropas fossem constantemente substituídas devido ao desgaste dos soldados. Pedido de reforço de contingente também era muito comum, sobretudo quando deparado com as forças cabanas, e com a prática da deserção de soldados levando consigo os armamentos dos comandos militares. Foi o que relatou Antônio Pereira de Lacerda, comandante de Ixituba, ao ter ciência de que:

Os “rebeldes” preparavam para atacar este ponto e que estavam fazendo cartuxame com Pólvora tomada no Camarão e que a de atacar por terra e mar, e eles tem força bastante e munições e tal alguma inda da monção. A força deste ponto não é suficiente no caso que seja prejuízo reitera-me não há canoas; tem apresentando-se 50 mundurucus vindo do Copará e o capitão Clemente breve se apresentou-se o que tenho a dizer a Vossa Senhoria e tendo monção comunicavam-se com os “rebeldes”; na saída foi que vim entrar no conhecimento na tarde do dia em que saiu a monção, faltando os soldados do 5º Batalhão Francisco Simões e Lizandro Francisco este levou todo o armamento tanto de ferro como de [inteligível], no dia seguinte mandei uma patrulha não foi possível eu [intervir?] (...).(PARÁ, Código 1049, doc. 81 [s.d.])

Pela fala do comandante, percebemos que as tropas de Ixituba tinham comunicação com os cabanos. Isso poderia acontecer ou por meio de soldados em diligências aos pontos insurgentes, ou de algum ex-cabano que passasse informações aos comandos militares. Não é novidade na compreensão da Cabanagem, a constante mobilidade de posicionamentos, sobretudo após o decreto da Anistia, em finais de 1839. Mas, além deste, outros elementos nos chamam a atenção, como a falta de tropas para as diligências repressivas, estando o comandante ciente dos planos cabanos de atacar Ixituba, o que provavelmente fazia aumentar seu desespero, e o auxílio de uma força de 50 indígenas Munduruku, apoio fundamental para o avanço das “forças oficiais” ao longo do rio Tapajós. Por isso, toda a atenção para com estes indígenas era necessária, como fez o mesmo comandante de Ixituba em finais de abril de 1838, ao deportar do Acampamento “o tapuio Cleto por andar ensandecendo os mundurucus que os brancos estavam enganando” (PARÁ, Código 1049, doc. 49 [s.d.]).

O território dos Munduruku margeava as águas do Tapajós, habitantes originários dessa extensa área, a Munducuranea, como ficou denominada, conheciam muito bem as possibilidades e os obstáculos que a floresta poderia proporcionar.

Assim, desde o acirramento das Cabanagens dos sertões, estes indígenas souberam se localizar em uma guerra bastante radicalizada. Um importante interesse das forças anticabanas em relação aos Munduruku, era o serviço de guia. Como consta a ordem dada por Antônio Maciel Branches, comandante das forças de Santarém, ao militar Francisco Vieira Leitão, que atuava no rio Tapajós, de que ele deixasse “ficar as praças do seu comando constantes da relação junta /que venham como comitiva do Maioral dos Mundurucus/ para me servirem de guia no progresso das explorações do Rio Preto” (PARÁ, Códice 888, doc. 185 [s.d.]).

O progresso das explorações do Rio Preto vinha do conhecimento dos Munduruku, não só dos limites naturais da região, mas, das estratégias de guerra que eles estabeleciam com etnias rivais e que foram sendo tecidas em conluio com as condicionantes da floresta. Por isso que João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, fez questão de reforçar em ofício remetido ao presidente Soares d’Andrea, que para melhor êxito das operações contra os cabanos do Ecuipiranga no curso do rio Tapajós, fez:

(...) marchar um barco maneiro artilhado, com a sua competente guarnição pelo Rio Preto até o Ponto de Santa Cruz e Aveiros, distante desta vila quatro a cinco dias de viagem, contra a corrente levando a seu Bordo o Alferes Joaquim José Barboza, e o Tuxaua da Nação Mundurucu para se reunirem e explorarem o Rio Preto pelas suas margens até a Vila Franca, ainda hoje ocupada pelos “rebeldes”, afiançando-me que o dito Alferes Barboza, como influente bastante entre a Nação Mundurucu por ter habitado muitos anos entre eles, e ali ter seu estabelecimento no lugar denominado Ixituba = muito acima de Santa Cruz e Aveiros, promete apresentar três a quatro mil arcas nessas explorações, e de resultado espero ter a honra de breve levar a conhecimento de Vossa Excelência o bom êxito destas explorações. (PARÁ, Códice 888, doc. 140 [s.d.])

A escolha do alferes Joaquim José Barboza para comandar as diligências sobre o Tapajós, seguramente teve como critério sua experiência entre os Munduruku e o conhecimento que ele tinha da região, na medida em que foi morador do lugar de Ixituba. Sua boa relação com os indígenas garantia maior segurança aos interesses imperiais para debelar os cabanos do rio Tapajós e angariar apoio de grupos indígenas para a contraofensiva.

Nos trechos documentais citados, localizamos passagens que mencionavam os Munduruku de forma explícita. Gostaríamos de pontuar que nem sempre a presença indígena nos documentos vinha acompanhada das etnias explicitadas na escrita. Para além de uma questão ortográfica, há um peso simbólico e político. Demarcar o espaço dos Munduruku na documentação arrolada na guerra cabana,

indica a importância deste povo no andamento das batalhas, chamando a atenção das autoridades provinciais, tanto na preocupação de redutos rebeldes munduruku no Rio Aicurapá, quanto da necessidade em agraciar Tuxauas Munduruku para servirem de guias e/ou agenciamento de indígenas para as tropas. Neste espaço limite da última seção do artigo, apresentamos um pequeno fragmento do universo de indícios que evidenciam o protagonismo e a agência Munduruku, ora atuando como rebeldes ora como agentes contra insurgentes nas Cabanagens que se fizeram nos sertões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1837, o comandante militar do Baixo Amazonas, João Henrique de Matos, fez questão de reforçar em ofício remetido ao presidente Francisco José Soares d'Andrea, que para melhor êxito das operações contra os cabanos do Ecuipiranga no curso do rio Tapajós, era necessário “um barco maneiro artilhado” e a presença a bordo do:

[...] Alferes Joaquim José Barboza, [...] e o Tuxaua da Nação Mundurucu para se reunirem e explorarem o Rio Preto [lê-se Tapajós] pelas suas margens até a Vila Franca, ainda hoje ocupada pelos “rebeldes”, afiançando-me que o dito Alferes Barboza, como influente bastante entre a Nação Mundurucu por ter habitado muitos anos entre eles, e ali ter seu estabelecimento no lugar denominado Ichituba” = muito acima de Santa Cruz e Aveiros, promete apresentar três a quatro mil arcos nessas explorações, e de resultado espero ter a honra de breve levar a conhecimento de Vossa Excelência o bom êxito destas explorações. (PARÁ, Códice 888, doc. 140 [s.d.]).

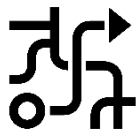
A escolha do alferes Joaquim José Barboza para comandar as diligências sobre o Tapajós seguramente teve como critério sua experiência entre os Munduruku e o conhecimento que ele tinha da região, na medida em que foi morador do lugar de Ixituba. Sua boa relação com os indígenas garantia maior segurança aos interesses imperiais para debelar os cabanos do rio Tapajós e angariar apoio de grupos indígenas para a contraofensiva. Reforça esta evidência quando, juntamente a Barboza ia uma liderança Munduruku.

Exemplos como este evidenciam o protagonismo indígena na Cabanagem, além da agência destes povos no curso de suas ações nas batalhas. O avanço anticabano na região do Tapajós vinha do conhecimento dos Munduruku, não só dos limites naturais da região, mas também das estratégias de guerra que eles estabeleciam com etnias rivais e que foram sendo tecidas em conluio com os ditames

da floresta. A arte de guerra Munduruku foi fortemente utilizada na guerra cabana, tanto para o guerrear de cabanos, quanto para a contraofensiva de anticabanos. O fato é que, sem os conhecimentos de guerra indígena, sem o conhecimento das potencialidades e dos obstáculos que a floresta poderia oferecer, sem o domínio necessário dos rios, palcos das batalhas fluviais, a guerra travada por quase quatro anos nos sertões da Amazônia não seriam a Cabanagem como a conhecemos hoje, ou, as Cabanagens fluviais, e indígenas, dos sertões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 37, n.75, p.17-38, 2017.
- BARRIGA, Letícia Pereira. *O Quadrilátero Cabano e as Cabanagens nos sertões da Amazônia: Guerra, Índios, Rios e Matas (1790 – 1841)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. 348 p.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986. 364 p.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 58, n.1, p.36-68, 2015.
- LEOPOLDI, José Sávio. A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos. *Avá: Revista de Antropologia*, Posadas, n.11, p. 169-189, dez. 2007.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002. 153 p.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Livre-Docência em Etnologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. 235 p.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.



MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena*. In: Anais do Simpósio Nacional de História, Fortaleza: ANPUH, 2009.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. *Guerras indígenas na região das Tupinambaranas: Mura x Mundurucus (1768-1795)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. 127 p.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. Parintins: palco de guerras tribais. *ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS*, vol. 5, n.1, p. 157-167, jan./jun. 2018.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (Org.). *Conferências e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. vol. 3.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *A revolução geral das coisas e o florescer do "direito das gentes": Grão-Pará (1790-1809)*. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. 201 p.

ROOSEVELT. —Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992. p. 62-64.

SANTOS, Sandra Ferreira dos; SALLES, Adilson Dias; SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; NASCIMENTO, Fátima Regina. Os Munduruku e as “cabeças-troféu”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.17, p. 365-380, 2007.

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981. vol.3. (Coleção Reconquista do Brasil).

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. 361 p.

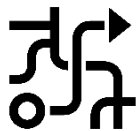
FONTES

PARÁ. Arquivo Público do Pará (APEP). Códice 888. Documentos 140 e 185.

PARÁ. Arquivo Público do Pará (APEP). Códice 1048. Documentos 45 e 243. Expedição ao Amazonas.

PARÁ. Arquivo Público do Pará (APEP). Códice 1049. Documentos 49, 81 e 107. Expedição ao Amazonas.

PARÁ. Arquivo Público do Pará (APEP). Códice 1075. Documento 323. Expedição ao Amazonas.



Recebido em 20/03/2026

Aprovado em 14/06/2026